



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

26 de janeiro de 2017

Notícias do Dia
Fábio Gadotti
"Último tubarão"

Último tubarão / UFSC / Edson Faria Júnior / Renato Moraes Araújo /
Catarse / Financiamento coletivo / Documentário / Tubarão Mangona

Último tubarão

Ex-alunos da UFSC, os biólogos Edson Faria Junior e Renato Moraes Araújo estão com financiamento coletivo no site Catarse para arrecadar dinheiro para conclusão de um documentário que estão produzindo sobre o Tubarão Mangona, que está desaparecido do litoral brasileiro. A meta é arrecadar R\$ 59.937 até o próximo dia 3 de março. Acesse o QRCode ao lado e assista ao vídeo feito sobre o projeto "O último tubarão".

Notícias do Dia
Fábio Gadotti
"Museu do Amanhã"

Museu do Amanhã / Instituto Ideal / UFSC / Centro de Convivência / Mauro
Passos / Rio 2016

Museu do Amanhã

O Instituto Ideal e a reitoria da UFSC vão buscar apoios para viabilizar um museu no espaço do Centro de Convivência do campus. Segundo Mauro Passos, seria "um prédio moderno e sustentável", que incorporasse "inovação, tecnologia, mobilidade urbana e energia renovável". "Guardadas as devidas proporções, o que propomos é uma espécie de Museu do Amanhã", diz Mauro, referência a um dos legados da Rio 2016.

Notícias do Dia - Especial

"Em dois dias, só sete votações"

Em dois dias, só sete votações / PL 16.941-17 / Marca Turística / UFSC / Sapiens Parque

Em dois dias, só sete votações

Projetos de Lei do Executivo	Legenda:	F: Favor	Abs: Abstenção
	■ Arquivado ■ Retirado de pauta para ser discutido	C: Contra	Aus: Ausência
As propostas que começaram a ser votadas terça-feira na Câmara			
<p>1. PL 1.590/16: Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo Municipal de Florianópolis, reestruturação de cargos, estabelece princípios e diretrizes de gestão e adota outras providências. Aprovado F:14 C:1 Abs: 8</p> <p>2. PLC 1.591/2016: Altera a Lei Complementar 63, de 2003, revoga dispositivos e dá outras providências. Na prática, estabelece mudanças em relação a indenizações, gratificações, diárias, remuneração por serviços noturnos e serviços extraordinários, gratificação natalina, gratificação por exercício de atividades especiais, férias dos auxiliares de sala e licenças dos servidores públicos municipais. Aprovado F:12 C:11</p> <p>3. PLC 1.592/2017: Altera o Inciso I do Artigo 78 da Lei Complementar 007, de 1997. Trata sobre os créditos tributários ou não tributários constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ainda que em fase de execução fiscal. Aprovado F:18 C:1 Abs: 4</p> <p>4. PL 16.934/2016: Autoriza o parcelamento das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo município aos fundos Financeiro e Previdenciário. Aprovado F:15 C:7 Aus: 1</p> <p>5. PLC 1.593/2017: Altera a Lei Complementar 349, de 2009. Trata sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais. Entre as principais mudanças estão a criação do Fundo Previdenciário Único, a alteração da alíquota da contribuição previdenciária que aumenta tanto para o trabalhador (de 11% para 14%) como para a prefeitura (de 14% para 28%). Aprovado F:15 C:3 Abs: 4 Aus: 1</p> <p>6. PL 1.594/16: Institui o Regime de Previdência Complementar (RPC-Florianópolis) de que tratam os parágrafos 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição, no âmbito do município, fixa o limite máximo dos benefícios previdenciários concedidos pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores.</p> <p>7. PLC 1.595/2017: Acrescenta o artigo 285-A à Lei Complementar 007, de 1997. Tem como objetivo alterar a alíquota do ITBI de 3% para 2% e 0,5%. Aprovado F:18 C:3 Abs: 1 Aus: 1</p> <p>8. PLC 1.611/17: Dispõe sobre a atividade de artesanato nas feiras de artesanato do município. Ou seja, visa regularizar a atividade de artesanato nas feiras de artesanato. Aprovado F:18 C:3 Abs: 1 Aus: 1</p> <p>9. PL 16.935/16: Institui o Programa de Parceria Público-Privada e Concessões de Florianópolis e dá outras providências.</p> <p>10. PL 16.947/17: Cria o Sistema Financeiro de Conta Única Municipal. Tem como objetivo</p>	<p>centralizar em conta única todas as receitas orçamentárias e extraorçamentárias, tributárias e não tributárias dos órgãos e entidades do Poder Executivo.</p> <p>11. PLC 1.596/17: Altera o Inciso II do Art. 102 da Lei Complementar 007, de 1997, acrescenta os artigos 316-B, 316-C e 316-D e revoga o parágrafo 3º do artigo 78 e o artigo 479 da Lei Complementar nº 007/1997, o parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 9.942, de 2015, a Lei Complementar nº 136, de 2004. Na prática tem por objetivo reestipular a atual taxa de coleta de resíduos sólidos.</p> <p>12. PLC 1.597/16: Altera redação dos subitens B e Z do artigo 247 e acrescenta parágrafo ao artigo 247 da Lei Complementar 07, de 1997, relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Visa regularizar a tributação na prestação de serviços de hospedagem em Florianópolis, determinando que toda hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apartamentos, condomínios, flat/apart, hotéis, hotéis residenciais, residência-services, suite services, hotéis, hotéis, imóveis, móveis, residências, pensões e computadores, mesmo quando comercializados por meio digital ou aplicativos, fica sujeita ao imposto sobre Serviços.</p> <p>13. PL 16.936/16: Determina como Patrimônio Cultural e Imaterial do município a Procissão Nosso Senhor dos Passos.</p> <p>14. PLC 1.598/16: Altera e inclui dispositivos na Lei Complementar 592/2016 que institui o Alvará de Funcionamento Condicionado. Tem como foco autorizar Microempresas Individuais (MEIs) a atuarem em imóveis residenciais por até três anos. Autoriza a emissão de alvará unificado para empresas nos Parques Tecnológicos.</p> <p>15. PL 16.937/16: Inclui dispositivos na Lei 9.326, de 2013, que institui o Fumturf (Fundo Municipal de Turismo de Florianópolis).</p> <p>16. PL 16.938/17: Altera e inclui dispositivos na Lei 5.633, de 1999, que cria o Fungeof (Fundo Municipal de Geração de Oportunidades).</p> <p>17. PL 16.939/17: Institui o serviço voluntário, no âmbito da administração direta e indireta do município, disciplinando sua prestação nas condições que especifica.</p> <p>18. PL 16.940/17: Dispõe sobre mecanismos de controle e regulamentação da circulação, embarque, desembarque e estacionamento de veículos de turismo no Município, institui o Sivetur (Selo de Identificação de Veículo de Turismo).</p> <p>19. PL 16.941/17: Cria a marca turística do município de Florianópolis. O projeto Marca Florianópolis foi lançado em junho</p>	<p>de 2014 como iniciativa da UFSC apoiada pela prefeitura e pelo Sapiens Parque.</p> <p>20. PLC 1.599/17: Dispõe sobre o controle, a forma de concessão e habilitação ao benefício da gratuidade no serviço de transporte coletivo convencional ou regular aos usuários com cartão de tarifa social especial e aos estudantes com tarifa social especial no transporte coletivo de passageiros. Limita a concessão de cartão social especial e cartão de estudantes com tarifa social para famílias com renda de até três salários mínimos ou inscrição no Bolsa Família. Limita também a validade dos cartões a 12 meses e o direito de, no máximo, 60 passagens mensais.</p> <p>21. PLC 1.600/17: Dispõe sobre o controle, a forma de concessão e habilitação ao benefício da gratuidade no serviço de transporte coletivo regular ou convencional concedido às pessoas com deficiência física, conforme a Lei 3.969, de 1993, e alterações previstas na Lei 6.212, de 2003, e pessoas com deficiência intelectual, conforme a Lei 5.185, de 1997.</p> <p>22. PLC 1.601/17: Altera as competências, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Transportes previstas no artigo 3º da Lei Complementar 034, de 1999, e cria a Jarit (Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Transportes). Estabelece a criação do Conmub (Conselho Municipal de Mobilidade Urbana).</p> <p>23. PLC 1.602/17: Institui o Código de Infrações dos Serviços de Transportes em regime de concessão, permissão ou autorização de Florianópolis.</p> <p>24. PL 16.942/17: Institui o Programa de Microfinanças de Florianópolis.</p> <p>25. PL 16.707/16: Autoriza a concessão onerosa de uso de bem público situado no município. Autoriza a celebração de contrato de concessão para construção de um parque urbano e marinha na avenida Beira-Mar Norte.</p> <p>26. PL 16.943/17: Inclui incisos VII e VIII e parágrafos 1º e 2º no artigo 7º e altera o inciso IV da Lei nº 5.454, de 1998. Objetiva o aprimoramento das ferramentas de controle nos gastos públicos.</p> <p>27. PLC 1.603/17: Dispõe sobre a criação do Índice de Confortabilidade de Obra para Desapropriações (Icon) e o Índice Construtivo Adicional para Desapropriações (Icad) para fins de outorga onerosa do direito de construir adicional àqueles limites originalmente previstos no Plano Diretor.</p> <p>28. PL 16.944/17: Dispõe sobre a outorga onerosa de alteração de uso do solo. Autoriza modificação no</p>	<p>zoneamento mediante pagamento.</p> <p>29. PLC 1.604/17: Dispõe sobre as áreas prioritariamente destinadas a operações urbanas consorciadas, acrescenta área para realização prioritária de operação urbana consorciada.</p> <p>30. PLC 1.605/17: Altera a Redação do Art 1º Inclui parágrafos 1º, 2º e 3º, altera os Incisos I e II do artigo 3º, o parágrafo 1º do artigo 4º, o artigo 5º, os Incisos III, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 6º, o artigo 7º, alíneas "A" dos Incisos I, II, III e IV do artigo 8º, o artigo 9º, o artigo 10 e o caput do artigo 11 da Lei Complementar 374/2010. Permite a regularização de construções existentes até 31 de dezembro de 2016 no prazo de até quatro anos.</p> <p>31. PLC 1.606/17: Institui a Taxa de Equipamentos Turísticos.</p> <p>32. PLC 1.607/17: Autoriza o município a utilizar-se dos instrumentos de polícia urbana, firmar parceria público-privada, bem como a convencionalização ou promover a compensação nos casos de desapropriação por interesse público ou social. Tem por finalidade viabilizar a arrecadação de recursos para desapropriações.</p> <p>33. PL 16.945/17: Dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte individual privado de passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede. Visa regularizar operações como da empresa Uber.</p> <p>34. PLC 1.608/17: Institui a nota fiscal de serviços eletrônica e dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços nos termos que especifica - Nota Fiscal Manezinha. Tem como objetivo incentivar o tomador de serviços a exigir a emissão de nota fiscal de serviços.</p> <p>35. PLC 1.609/17: Institui e dispõe acerca do Programa de Racionalização e Recuperação de Créditos Fiscais de origem tributárias ou não - Recupera Flóripa. Autoriza a cessão de direitos creditórios, ou seja, vender a dívida para bancos.</p> <p>36. PLC 1.610/17: Institui o Projeto Agiliza Flóripa, altera a Lei Complementar 060, de 2000. Tem como objetivo regulamentar, aprimorar e modernizar o processo de aprovação de projetos técnicos para as obras de construção, reforma, regularização e ampliação de edificações até 750m².</p> <p>37. PL 16.946/17: Dispõe sobre a obrigatoriedade de funcionamento de ambulatório médico móvel em eventos com mais de cinco mil pessoas tanto em ar livre como em ambientes fechados.</p>

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Gestão Ambiental: Prejuízos com desastres](#)

[Sanepar entrega prêmios e lança livro sobre eficiência energética no saneamento](#)